

---

**CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

SAN JOSE, COSTA RICA

---

**CASO No. 042114/RLJ/0415:**

COMUNIDADE RURAL DE CANDELA VS. FEDERAÇÃO DA  
CLONALIA

(COPIA ADICIONAL)

---

MEMORIAL DOS REPRESENTANTES DA COMUNIDADE RURAL DE  
CANDELA

---

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>3</b>
<b>ÍNDICE DE JUSTIFICATIVAS .....</b>	<b>4</b>
<b>1 DECLARAÇÃO DOS FATOS .....</b>	<b>9</b>
<b>2 DA CONCESSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA .....</b>	<b>11</b>
<b>3 ADMISSIBILIDADE DA PETIÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>4 QUESTÕES PRELIMINARES.....</b>	<b>17</b>
4.1 A INEXISTÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA INTERNACIONAL.....	17
4.2 O NÃO ESGOTAMENTO OU A INEFICÁCIA DE RECURSOS DA JURISDIÇÃO INTERNA.....	18
4.3 IDENTIFICAÇÃO OU POSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DAS VITÍMAS	20
	21
<b>5 QUESTÕES DE MÉRITO</b>	
5.1 A OBRIGAÇÃO DO ESTADO EM RESPEITAR DIREITOS – ART. 1.1 E 2 DA CADH .....	21
5.2 A VIOLAÇÃO DOS ARTS. 8º, 13, 25 E 1.1 DA CADH .....	22
5.3 A VIOLAÇÃO AO ART. 11 DO PSS E AOS ARTS. 4º, 5º, 26 E 1.1 DA CADH ...	25
5.4 A VIOLAÇÃO AOS ARTS. 7º, 21 E 22 EM RELAÇÃO AO ART. 1.1 DA CADH	30
<b>6 SOLICITAÇÃO DE ASSISTÊNCIA .....</b>	<b>35</b>

**LISTA DE ABREVIATURAS**

Artigo ou Artigos.....	art. ou arts
Carta Democrática interamericana.....	CDI
Climate Change Action.....	CCA
Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	CIDH ou Comissão
Comissão de Especialistas em Assuntos Climáticos.....	CEAC
Comissão Nacional de Especialistas.....	CNE
Convenção Americana de Direitos Humanos.....	CADH
Corte de Direitos Humanos.....	CDH
Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	Corte ou Corte IDH
Comunidade Rural de Candela.....	Comunidade de Candela
Declaração Universal de Direitos Humanos.....	DUDH
Federação de Clonalia.....	Clonalia
Greenhouse Gas.....	GHGs
Grupo de Mudanças Climáticas Globais.....	G2C2
Ilha de Theodore.....	Theodore
Ministério do Meio Ambiente da Clonalia.....	MEC
Ministério das Relações Exteriores.....	MRE
Organização Mundial do Comércio.....	OMC
Organização das Nações Unidas.....	ONU
Opinião Consultiva.....	OC
Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	PIDESC
Parágrafo.....	Par.
Produto Interno Bruto.....	PIB
Protocolo Adicional de San Salvador.....	PSS

Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	RCIDH
República Democrática do Marsili.....	Marsili ou República
Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	SIDH

## ÍNDICE DE JUSTIFICATIVAS

TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Greening no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Curitiba: Juruá, 2011. p. 141.

Corte IDH, caso das comunidades indígenas Yakye Axa contra o Paraguai, sentença de 17 de jun. 2005, Série C, nº. 125.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O direito internacional do meio ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Revista de Direito Ambiental (RDA), sob coordenação de Eladio Lecey e Sílvia Cappelli, São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda., ano 17, n. 67, p. 237, jul.-set. 2012. Publicação Oficial do Instituto O Direito por um Planeta Verde.

Relatório Anual da Corte IDH de 2001, OEA/Ser./L/V/II.114, Doc. 05, rev. 01, de 16 de abr. de 2002, par. 163.

Protocolo Adicional de San Salvador

Convenção Americana de Direitos Humanos.

Corte IDH, caso Velásquez Rodríguez contra Honduras, sentença de 29 de jul. de 1988, par. 172.

Corte IDH, Opinião Consultiva (OC) de nº. 01/82, de 24 de set. de 1982, Série A, nº. 1, pars. 21 e 43; Opinião Consultiva (OC) de nº. 16/99, O direito à informação da assistência consular no marco das garantias do devido processo legal, de 01 de out. de 1999, Série A, nº. 16, pars. 76 e 115.

TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Greening no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Curitiba: Juruá, 2011. p. 161.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, v. 1, 2003.

MOLINARO, Carlos Alberto. Direito Ambiental: proibição de retrocesso. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 67-68.

MELISH, Tara. El litigio supranacional de los derechos económicos, sociales y culturales: avances y retrocesos en el sistema interamericano. In: *Derechos Económicos, Sociales y Culturales*. Comissão Européia. México: 2005. p. 190-196.

CIDH, Informe de nº. 69/04, caso das comunidades indígenas San Mateo Huanchor contra o Peru, OEA/Ser.L/V/II.122, Doc. 05, rev. 01, de out. de 2004, pars. 42-43.

TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Greening no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Curitiba: Juruá, 2011. p. 84.

Corte IDH, caso do Povo Saramaka contra o Suriname, sentença de 28 de nov. de 2007, série C, nº. 172, pars.48-49 e 57.

CIDH, caso da comunidade de La Oroya contra o Peru, Informe de nº. 76/09, de 05 de ago. de 2009, par. 55.

IDH, caso Oscar Iván Tabares, Relatório de Admissibilidade de nº. 73/05, de 13 de out. de 2005, par. 25; Corte IDH, caso Velásquez Rodríguez contra Honduras, sentença de 29 de jul. de 1988, par. 66; Corte IDH, Opinião Consultiva (OC) de nº. 09/87, Garantias Judiciais em Estados de Emergência, de 06 de out. de 1987, par. 22; e CIDH, caso João Canuto de Oliveira, Relatório de nº. 24/98, 07 de abr. de 1998, par. 60.

Corte IDH, caso Velásquez Rodríguez contra Honduras, sentença de 29 de jul. de 1988, par. 64

Corte IDH, caso das comunidades indígenas de Kichwa de Sarayaku e seus membros contra o Equador, Medidas Provisórias, Resolução de 06 de jul. de 2004.

Corte IDH, caso das comunidades indígenas Yakye Axa contra o Paraguai, sentença de 17 de jun. de 2005, Série C, nº. 125, pars. 161 e 162.

Corte IDH; Opinião Consultiva OC – 18/03 sobre a Condição Jurídica e Direitos dos Imigrantes Irregulares, de 17 /12/2003; parágrafo 112.

Corte Interamericana de Direitos Humanos; Opinião Consultiva OC – 18/03 sobre a Condição Jurídica e Direitos dos Imigrantes Irregulares, de 17/09/2003; parágrafo 73

CrIDH. Caso Sétimo Garibaldi contra a República Federativa do Brasil; (Caso 12.478); 24 de dezembro de 2007; parágrafo 112.

Corte IDH, caso Yakye Axa contra o Paraguai, sentença de 17 de jun. de 2005, Série C, nº. 125; caso das comunidades indígenas Awas Tingni Mayagna (Sumo) contra a Nicarágua, sentença de 31 de ago. de 2001, Série C, nº. 79 e caso Las Palmeras contra a Colômbia, sentença de 06 de dez. de 2001, Série C, nº. 90

. Corte IDH, caso Claude Reyes e outros contra o Chile, sentença de 19 de set. de 2006, Série C, nº. 151.

Corte IDH, caso Claude Reyes e outros contra o Chile, sentença de 19 de set. de 2006, Série C, nº. 146 e 151, par. 80

CIDH, Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Equador, OEA/Serv.L/V/II.96, Doc. 10, rev. 01, Cap.VIII, de 24 de abr. de 1997.

RESCIA, Victor Rodrigues. Proteção do direito a um ambiente sadio na jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. In: Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA). Guia de Defesa Ambiental: construindo a estratégia para o litígio de casos diante do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Janeiro, 2010. p. 65.

CIDH, Informe de nº. 69/04, caso das comunidades indígenas San Mateo Huanchor contra o Peru, OEA/Ser.L/V/II.122, Doc. 05, rev. 01, de out. de 2004, pars. 42-43

SANDS, Phillipe. Principles of International Environmental Law. Manchester: Manchester University Press, 1995. p. 190 e 194.

Opinião Consultiva (OC) de nº. 10/89, acerca da interpretação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, no marco do artigo 64, da Convenção Americana, de 14 de jul. de 1989, Série A, nº. 10, par. 37; Corte IDH, Opinião Consultiva (OC) de nº. 16/99, O direito à informação da assistência consular no marco das garantias do devido processo legal, Série A, nº. 16, par. 115; caso Ramón Martínez Villareal contra os Estados Unidos da América (EUA), caso de nº. 11.753, Relatório Anual da CIDH de nº. 52/02, par. 60.

WAGNER, Martin. Construindo a estratégia para a submissão de casos ambientais perante o SIDH. In: Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA). Guia de Defesa Ambiental: construindo a estratégia para o litígio de casos diante do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Janeiro, 2010. p. 145.

Relatório Anual da CIDH, OEA/Ser.L/V/II.111, Doc. 20, de 16 abr. de 2001, no caso das comunidades indígenas Maias do Distrito de Toledo e seus membros contra Belize. p. 142-143.

Corte IDH, caso Claude Reyes e outros contra o Chile, sentença de 19 de set. de 2006, Série C, nº. 151, pars. 163 e 164.

Buddemeier, R. W. and S. V. Smith. Coral Adaptation and Acclimatization: A Most Ingenious Paradox. Climate Change: 1999.

Resoluções de nº. 1982/7, de 1982 e 1983/43, de 1983.

BOSSELMANN, Klaus. Direitos Humanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.); KRELL, Andreas J. et al. Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 93.

I Protocolo Adicional de 1977 às Convenções de Genebra de 1949, Convenções das Nações Unidas de 1977 e 1989, Carta Mundial da Natureza de 1982, Declarações de Estocolmo de 1972, Cartagena de 1984, Rio de Janeiro de 1992 San José de 1994,

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981, Protocolo de San Salvador de 1988.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direitos Humanos e Meio-Ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1999. p. 41-45.

Comissão de Direitos Humanos, Subcomissão de Prevenção de Discriminação e Proteção de Minorias, ONU. Minuta de Declaração de Princípios sobre os Direitos Humanos e o Meio Ambiente em seu Princípio de nº. 02 Doc. E/CN.4/Sub.2/1994/9.

Acordo Geral de Tarifas e Comércio 1994.

Nações Unidas. 45ª Sessão, Doc. A/RES/45/94, Need to Ensure a Healthy Environment for the Well Being of Individuals, 1990.

Corte IDH, caso das comunidades indígenas Yakye Axa contra o Paraguai, sentença de 17 de jun. 2005, Série C, nº. 125.

TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Greening no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Curitiba: Juruá, 2011.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O direito internacional do meio ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Revista de Direito Ambiental (RDA), sob coordenação de Eladio Lecey e Sílvia Cappelli, São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda., ano 17, n. 67, p. 228 e 252, jul.-set. 2012. Publicação Oficial do Instituto O Direito por um Planeta Verde;

CIDH, caso da comunidade de La Oroya contra o Peru, Relatório Anual de 2007, Cap.III, par. 46, OEA/Ser.L/V/II.130, Doc. 22, rev. 01, de 29 de dez. de 2007.

Corte IDH, caso Claude Reyes e outros contra o Chile, sentença de 19 de set. de 2006, Série C, nº. 151

Corte IDH, caso Irmãos Gómez Paquiyauri contra o Peru. Sentença de 08 de jul. de 2004, Série C, nº. 110.

Corte IDH, caso Velásquez Rodríguez contra Honduras, sentença de 29 de jul. de 1988, pars. 165 e 172.

CIDH, Informe Anual de 1988, OEA/Ser.L/V/II.74, Doc. 10, rev. 01, set., p. 322.

CIDH, Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Equador, OEA/Ser.L/V/II.96, abr. de 1997, Cap.VIII, Recomendações.

Corte CIDH. Caso Família Barrios Vs. Venezuela. Mérito, Reparações e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2011. Série C Nº 237, par. 48

Corte IDH. Caso de Uzcátegui et al. v. Venezuela (Meritos e Repações)), 03 Set., 2012, para 147;

Corte IDH. Caso de Maritza Urrutia, 27 Nov., 2003

Corte IDH. Caso de Bulacio, 18 Set., 2003

Corte IDH. Caso Rafael Ferrer-Mazorra et al. 04 Abr., 2001, para 209.

Case of López Álvarez, Inter-Am. C H.R., Judgment of February 1, 2006, Series C No. 141, para 66

Case of Fleury et al. v. Haiti (Merits and Reparations), Inter-Am. Ct. H.R., Judgment of November 23, 2011. Series C No. 236

Case of Usón Ramírez v. Venezuela (Preliminary Objection, Merits, Reparations and Costs), Inter-Am. Ct. H.R., Judgment of November 20, 2009, Series C No. 207

Case of Chaparro Álvarez and Lapo Íñiguez v. Ecuador

Corte IDH. Caso Moiwana vs. Suriname

Corte IDH. Caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicaragua,

Corte IDH, Caso Xákmok Kásek vs. Paraguay,  
par. 157; Caso del Pueblo de Saramaka vs. Surinam, par. 129.

CEDH. *Hirsi Jamaa and Others v. Italy*. 23 de fevereiro de 2012. A Corte Europeia de Direitos Humanos declarou a Itália como violadora do *non-refoulement* após a mesma extraditar imigrantes à Líbia sem levar em conta o perigo ao qual os mesmos estavam expostos caso retornassem ao país de origem.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ PRESIDENTE DA HONORÁVEL CORTE  
INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS**

Considerando a convocação da Honorable Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), para audiência pública referente ao Caso Comunidade Rural de Candela vs. Federação da Clonalia vem, respeitosamente, submeter o memorial em defesa da vítima, representada pela Equipe no. 20, que apresenta síntese dos fatos e os respectivos fundamentos consonantes à admissibilidade da demanda, questões formais preliminares, ao mérito, às reparações cabíveis, bem como expõe as razões quanto ao pedido de medida de urgência, além das solicitações de assistência previstas na Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH).

**1 DECLARAÇÃO DOS FATOS**

A Republica do Marsili, situada no Oceano Pacifico, é composta por uma nação de ilhas. A mesma obteve sua independência em 1967 por meio de um referendo, no qual, seus habitantes declararam sua independência em face da Federação da Clonalia, localizada a 280 milhas náuticas. A principal ilha da Republica do Marsili, consiste na planície de Theodore, com um centro urbano chamado Samantha.

De acordo com dados oficiais atuais, Theodore, perdeu aproximadamente 78 km<sup>2</sup> de terra, de acordo com o último censo e a medição oficial, realizada em 2013. Estima-se que a linha costeira da ilha reduziu em 16 quilômetros, e que aproximadamente 27% do território nacional submergiu. Dos 211km<sup>2</sup> de Theodore, 120 Km<sup>2</sup> são destinados a produções agrícolas essenciais a subsistência. Os alagamentos constantes de parte da Ilha impossibilitou o país de atender a demanda de produtos agrícolas básicos, e, em decorrência disto, necessita importar cerca de 60% deles.

O censo de 2013 estimou uma redução de quase 50% da população total de Theodore.

Destes habitantes remanescentes, aproximadamente 14.000 pessoas estão morando em 16 acampamentos temporários, nos subúrbios de Samantha, esperando serem transferidas. O que ilustra a grave crise ambiental na ilha.

Frente a crise ambiental, a comunidade rural de Candela, mais afetada pela perda de território, organizou um grupo de diálogo de cidadãos chamado de Justiça pelo Clima Global.

De acordo com o Relatório de 2014, o G2C2 afirma que em razão das peculiaridades geográficas a República do Marsili é o país mais vulnerável para o fenômeno do aumento nos níveis do mar causado pelas mudanças climáticas. Estima-se uma perda de até 89% do seu território atual, com variações menores na percentagem entre as diversas ilhas. Segundo o G2C2, provavelmente, Marsili ficará totalmente submerso ao redor do ano de 2025.

Resta claro o nexó entre as mudanças climáticas ocorridas nos últimos anos com a devastadora crise ambiental enfrentada por Marsili. Neste viés, é possível indagar bem como concluir pela responsabilização aos danos ambientais devastadores sofridos por Marsili, que outrora consistia em um país próspero e independente, com a atuação irresponsável da Federação de Clonalia na expressiva emissão atmosférica de GHGs. Ressalta-se que sua perda de território e tragédias experimentadas ao longo do século XX e XXI são danos irreversíveis e merecem a devida atenção dos órgãos internacionais.

A ONG internacional Climate Change Action (CCA) moveu ação judicial contra o Ministério do Meio Ambiente de Clonalia (MEC), tendo provimento final da Suprema Corte remetendo o caso à competência internacional e negando a responsabilidade dos entes estatais. Frente ao Ministério das Relaciones Exteriores (MRE), a CCA a solicitou o status de refugiados das famílias da comunidade rural de Candela, entretanto este

alegou a incompatibilidade de assuntos ambientais e questões de migrações. A solicitação de refugio ao MRE foi apelada frente a negativa, não obtendo êxito a CCA. Em 2014 o MRE ordenou a detenção das famílias e requereu a localização dos imigrantes com o intuito de iniciar o processo de deportação das famílias de volta para a República do Marsili. Tem-se que aproximadamente metade dos fugitivos foram capturados e levados até uma prisão temporária.

Neste cenário, a CCA considerou o esgotamento dos remédios jurídicos e administrativos tendo em vista as reiteradas negativas pelo MRE de qualquer proteção aos membros da comunidade rural de Candela. Consequentemente, a CCA apresentou-se perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em nome dos membros da comunidade rural de Candela, incluindo aqueles que ainda residiam no território da Clonalia assim como aqueles na República do Marsili, a fim de resguardar seus direitos humanos.

A Federação de Clonalia apresentou objeções preliminares que foram negadas por completo pela CIDH. Em face da negativa de adequação com as determinações a CIDH submeteu o caso, para a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) a fim de obter justiça para as vítimas da falta de resposta da Federação a respeito das recomendações feitas pela CIDH. A Corte determinou que será realizada uma audiência pública em março de 2015 para analisar os pontos e os argumentos que a Corte deverá considerar na sua sentença.

## **2 DA CONCESSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA**

Antecedendo a análise dos dispositivos violados da CADH pela Federação de Clonalia contra a Comunidade Rural de Candela, expõem-se as razões da solicitação da concessão de Medida Provisória à Honorável Corte IDH, do dia 02 de março de 2015,

com fulcro nos arts. 63.2 da CADH e 25.1 do Regulamento da Corte IDH, quando direitos e liberdades protegidas pela CADH estão sob grave ameaça devido a atos do Estado, ensejando tutela de urgência, a fim de evitar danos irreparáveis às vítimas.

As violações ao meio ambiente sadio não ensejam a salvaguarda imediata perante o SIDH, sendo imprescindível a ocorrência de violações a direitos reconhecidos nos instrumentos normativos interamericanos subordinadas a um dano ambiental<sup>1</sup>.

Fora nesse sentido que Corte IDH pronunciou-se no julgado *Yakye Axa* contra o Paraguai<sup>2</sup>, relativo ao dever de desenvolvimento progressivo, disposto na CADH<sup>3</sup>, bem como no PSS<sup>4</sup>. Nessa ocasião, restou evidenciada a inclusão indireta do direito de acesso ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado como pertencente aos direitos humanos, ampliando o rol de garantias do SIDH<sup>5</sup>.

Resta evidenciado que “casos de degradação ambiental têm potencial capacidade de demonstrar situações em que direitos fundamentais encontram-se sob risco de danos irreparáveis”<sup>6</sup>.

A CEAC, em fevereiro de 2012, e concluiu que “o desaparecimento do território insular do Marsili é inevitável”<sup>7</sup> e “que este território não tem condições de ser habitado por todas as razões legais e políticas.”<sup>8</sup>

De acordo com o Relatório de 2014, o G2C2<sup>9</sup> afirma que Marsili é o país mais

<sup>1</sup> TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. *O Greening no Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 141.

<sup>2</sup> Corte IDH, caso das comunidades indígenas *Yakye Axa* contra o Paraguai, sentença de 17 de jun. 2005, Série C, nº. 125.

<sup>3</sup> Art. 4º cc art. 1º, I e art. 26 da Convenção Americana.

<sup>4</sup> Artigos 10, 11, 12, 13 e 14 do Protocolo Adicional de San Salvador

<sup>5</sup> Relatório Anual da Corte IDH de 2001, OEA/Ser./L/V/II.114, Doc. 05, rev. 01, de 16 de abr. de 2002, par. 163.

<sup>6</sup> MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. *O direito internacional do meio ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Revista de Direito Ambiental (RDA), sob coordenação de Eladio Lecey e Sílvia Cappelli, São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda., ano 17, n. 67, p. 237, jul.-set. 2012. Publicação Oficial do Instituto O Direito por um Planeta Verde.

<sup>7</sup> Caso Hipotético, parágrafo 32.

<sup>8</sup> Caso Hipotético, parágrafo 32.

<sup>9</sup> Caso Hipotético, parágrafo 30.

vulnerável ao aumento nos níveis do mar causado pelas mudanças climáticas. Fora concluído que haverá uma perda estimada de até 89% do território atual de Marsili<sup>10</sup> e a ilha ficará totalmente submersa no decorrer das próximas três décadas<sup>11</sup>.

As mudanças climáticas globais são causadas pela presença de CO<sub>2</sub> atmosférico proveniente, em especial, do uso de combustíveis fósseis<sup>12</sup>, como o carvão utilizado como fonte de energia por 76% das indústrias e companhias existentes na Federação de Clonalia<sup>13</sup>, além dos 6 estados da Federação, responsáveis por uma emissão de 88% dos GHGs da Federação<sup>14</sup>, sendo esta a responsável por 18% da emissão dos GHGs globais<sup>15</sup>. Dentre os cinco países com maior emissão histórica, a Federação de Clonália é responsável por, aproximadamente, 40% do grupo.

A negligência estatal na prevenção e tratamento da degradação ambiental violadora dos direitos humanos, efetuada por particular ou por autor não identificado, origina a responsabilidade internacional do Estado<sup>16</sup>.

Em face da ameaça à vida e a integridade dos jurisdicionados, requer-se que a Corte IDH adote medidas protetivas, assim como já concedidas pela CIDH<sup>17</sup>, com o fito de evitar e reparar as violações aos direitos humanos ora jurisdicionados, a fim de que tenha cabo a destruição da biodiversidade, das florestas e dos rios afetados. Para tanto, requer-se que a Federação de Clonalia altere a matriz energética de combustíveis fósseis para outra fonte de energia limpa; que a exploração das reservas petrolíferas ocorra consoante ao desenvolvimento progressivo e que a federação adquira aparato normativo eficaz na proteção ambiental no âmbito jurídico interno que visem, sobretudo, a

---

<sup>10</sup> Caso Hipotético, parágrafo 30.

<sup>11</sup> Caso Hipotético, parágrafo 31.

<sup>12</sup> Caso Hipotético, parágrafo 17.

<sup>13</sup> Caso Hipotético, parágrafo 33.

<sup>14</sup> Caso Hipotético, parágrafo 34.

<sup>15</sup> Caso Hipotético, parágrafo 21.

<sup>16</sup> Corte IDH, caso Velásquez Rodríguez contra Honduras, sentença de 29 de jul. de 1988, par. 172.

<sup>17</sup> Caso Hipotético, parágrafo 66.

propiciar a conscientização dos cidadãos a uma postura ecologicamente correta. Ademais, requer-se que seja reconhecido território disponível para os refugiados que possua condições de existência digna.

Em tempo, ressalta-se que a alegação de indeferimento do pedido de medidas provisórias pela Corte IDH não obsta o conhecimento do mérito das violações e também não impede o exercício de outros meios de monitoramento pela CIDH das violações a CADH.

### 3 ADMISSIBILIDADE DA PETIÇÃO

Em observância ao artigo 62 CADH a Federação da Clonalia ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos em 1º. de agosto de 1978 e aceitou a jurisdição contenciosa da Corte em 28 de junho de 1982<sup>18</sup>. Em 17 de dezembro de 2014, a CIDH decidiu submeter o Caso no. 042114/RLJ/0415 à Corte IDH<sup>19</sup>, em cumprimento ao artigo 45.1 da CADH. Todos os fatos pertinentes ao caso ocorreram após a ratificação.

No que diz respeito à jurisdição *ratione materiae* dos dispositivos da CADH<sup>20</sup> quanto ao direito a um meio ambiente sadio, necessária se faz a instrução da causa ecológica, demonstrando a inadequação da atividade estatal de proteção ambiental<sup>21</sup>.

A obrigação estatal de não causar danos ambientais que afetem os cidadãos, os territórios ou as jurisdições de outros Estados está reconhecida no direito internacional do meio ambiente, como nas Convenções de Londres de 1933, de Ramsar de 1971 e nas Declarações de Estocolmo-72 e do Rio-92<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> Caso Hipotético, parágrafo 71.

<sup>19</sup> Caso Hipotético, parágrafo 70.

<sup>20</sup> CIDH, Informe de n°. 69/04, caso das comunidades indígenas San Mateo Huanchor contra o Peru, OEA/Ser.L/V/II.122, Doc. 05, rev. 01, de out. de 2004, pars. 42-43.

<sup>21</sup> Corte IDH, caso Velásquez Rodríguez contra Honduras, sentença de 29 de jul. de 1988, pars.174 e 175.

<sup>22</sup> SANDS, Phillipe. Principles of International Environmental Law. Manchester: Manchester University Press, 1995. p. 190 e 194.

Nas opiniões consultivas da Corte IDH<sup>23</sup>, têm sido admitidos distintos instrumentos concernentes aos direitos humanos que não foram consignados pelo SIDH, “independentemente de qual seja seu objeto principal”<sup>24</sup>. Em matéria ecológica, em que se protejam os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais violados, há extensão interpretativa aos tratados ou princípios internacionais sobre meio ambiente, presente no art. 64 da CADH.

Ademais, o art. 29, b, da CADH impõe que as disposições nela contidas não podem ser interpretadas de maneira a limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados-partes ou de acordo com outra Convenção em que seja parte um dos referidos Estados.

Em nome da interpretação progressiva e *pro homine*<sup>25</sup> do art. 29, b, da CADH, é possibilitado ao SIDH que, em face da legislação nacional ou internacional, empregue o instrumento mais benéfico ao ser humano, o que envolve a defesa do ecossistema no qual este está inserido<sup>26</sup>.

A este respeito, os instrumentos normativos internos da Federação de Clonalia mostram-se insuficientes à proteção das vítimas, vez que atribui grande discricionariedade ao aparato estatal do demandado. Como se observa, o artigo 56 da Lei 34 que atribui ao MEC a função de "regular e controlar a emissão de qualquer poluente atmosférico de qualquer tipo que, *na opinião do órgão*, contribua para a

<sup>23</sup> Opinião Consultiva (OC) de nº. 10/89, acerca da interpretação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem, no marco do artigo 64, da Convenção Americana, de 14 de jul. de 1989, Série A, nº. 10, par. 37; Corte IDH, Opinião Consultiva (OC) de nº. 16/99, O direito à informação da assistência consular no marco das garantias do devido processo legal, Série A, nº. 16, par. 115; caso Ramón Martínez Villareal contra os Estados Unidos da América (EUA), caso de nº. 11.753, Relatório Anual da CIDH de nº. 52/02, par. 60.

<sup>24</sup> Corte IDH, Opinião Consultiva (OC) de nº. 01/82, de 24 de set. de 1982, Série A, nº. 1, pars. 21 e 43; Opinião Consultiva (OC) de nº. 16/99, O direito à informação da assistência consular no marco das garantias do devido processo legal, de 01 de out. de 1999, Série A, nº. 16, pars. 76 e 115.

<sup>25</sup> TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Greening no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Curitiba: Juruá, 2011. p. 161.

<sup>26</sup> TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, v. 1, 2003. p. 401-402.

poluição do ar até um nível que poderia colocar em risco a saúde ou o bem-estar público" <sup>27</sup>.

Deve-se, portanto, serem aplicados os instrumentos normativos internacionais mais benéficos na defesa do ser humano.

Ademais, o dissídio apresentado atribui, sobretudo, a responsabilidade dos níveis de GHGs às ações e omissões da Federação de Clonalia em detrimento às possíveis consequências locais e internacionais que as grandes emissões possam ter. De tal modo, submeter tal questão aos entes administrativos enseja em uma perigosa discricionariedade dos órgãos públicos estatais, o que torna dúbia a imparcialidade dos mesmos.

A Declaração sobre os Direitos dos Povos ao Desenvolvimento de 1993, da CDH da ONU, dita que o “processo econômico, social, cultural e político abrangente, que visa o constante melhoramento do bem-estar da população e de cada pessoa, na base de sua participação ativa, livre e significativa e na justa distribuição dos benefícios resultantes dele”, deve se adequar ao não-retrocesso das condições de qualidade de vida, regidas pelo artigo 11 do PIDESC<sup>28</sup>.

Resta, portanto, evidenciado que a temática ambiental é aplicada de forma indireta no SIDH por intermédio dos direitos garantidos, respectivamente, na CADH e no PSS, bem como pelo artigo 15, da Carta Democrática Interamericana (CDI).

Em face da idoneidade e a confiabilidade das informações que se apresentam coerentes, precisas e objetivas, além da já afirmada competência da Corte IDH, frente as particularidades do caso, é perceptível a inadequação da atividade estatal de proteção ambiental<sup>29</sup> que atenta às circunstâncias econômicas, políticas, sociais e culturais.

---

<sup>27</sup> Caso Hipotético, parágrafo 36.

<sup>28</sup> MOLINARO, Carlos Alberto. Direito Ambiental: proibição de retrocesso. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 67-68.

<sup>29</sup> Corte IDH, caso Velásquez Rodríguez contra Honduras, sentença de 29 de jul. de 1988, pars.174 e 175.



Diante de tais violações, das condições das vítimas e das possíveis medidas reparadoras, requer-se o acolhimento da demanda, assim como já entendido pela CIDH<sup>30</sup>, a fim de se resguardar o desenvolvimento sustentável no plano internacional<sup>31</sup>.

#### 4 QUESTÕES PRELIMINARES

A aceitação do pedido protetivo pela Comissão e Corte IDH deve satisfazer a competência *ratione personae*; *ratione loci*; *ratione temporis*; bem como *ratione materiae*<sup>32</sup>. O atendimento das condições formais de admissibilidade, estipuladas pelo art. 46, da CADH, preveem manejar e esgotar os recursos da jurisdição interna disponíveis, peticionar a ofensa no prazo legal e não haver outro litígio internacional pendente. O descumprimento destas precondições gera a inadmissão de quaisquer casos, inclusive os ambientais, nos órgãos interamericanos<sup>33</sup>.

##### 4.1 A INEXISTÊNCIA DE LITISPENDÊNCIA INTERNACIONAL

O art. 46, I, c, da CADH, dispõe que a lide não seja matéria de objeto de outro processo de solução que contenha as mesmas partes ou identidade de sujeitos, igual causa de pedir ou objeto e pedidos sob os mesmos fundamentos de direito<sup>34</sup>. O art. 47, d, da CADH estipula a limitação do uso concomitante de sistemas internacionais de proteção a direitos humanos para garantir a segurança e coerência jurídicas nas decisões.

Observados tais requisitos, a CCA, em nome dos membros da comunidade rural de Candela, incluindo aqueles que ainda moravam no território da Clonalia, assim como

---

<sup>30</sup> Caso Hipotético, parágrafo 65.

<sup>31</sup> MELISH, Tara. El litigio supranacional de los derechos económicos, sociales y culturales: avances y retrocesos en el sistema interamericano. In: Derechos Económicos, Sociales y Culturales. Comissão Européia. México: 2005. p. 190-196.

<sup>32</sup> CIDH, Informe de n.º. 69/04, caso das comunidades indígenas San Mateo Huanchor contra o Peru, OEA/Ser.L/V/II.122, Doc. 05, rev. 01, de out. de 2004, pars. 42-43.

<sup>33</sup> TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. O Greening no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Curitiba: Juruá, 2011. p. 84.

<sup>34</sup> Corte IDH, caso do Povo Saramaka contra o Suriname, sentença de 28 de nov. de 2007, série C, n.º. 172, pars.48-49 e 57.

aqueles na República do Marsili, a fim de proteger seus direitos humanos decidiu se apresentar perante a CIDH<sup>35</sup>, entregando a petição em 1o de setembro de 2014. Em 17 de dezembro de 2014, a CIDH submeteu o caso da Comunidade Rural de Candela vs. a Federação da Clonalia para a Corte IDH, a qual determinou uma audiência pública em março de 2015<sup>36</sup>.

Sendo este o único processo que envolve a demanda e o único sistema internacional de proteção aos direitos humanos, conclui-se que não há apreciação anterior de litígio pelas instâncias internacionais que esteja em andamento ou transitada em julgado com igual conteúdo violador dos direitos humanos.

## **4.2 O NÃO ESGOTAMENTO OU A INEFICÁCIA DE RECURSOS DA JURISDIÇÃO INTERNA**

De acordo com o art. 46, da CADH, a demanda deve observar o esgotamento dos recursos disponíveis e aplicáveis da jurisdição interna perante o SIDH, demonstrado através de uma decisão definitiva, administrativa ou judicial, que ponha fim a um processo. O art. 46, a, da CADH objetiva a ciência dos fatos e solução prévia pelo Estado acerca da suposta violação de um direito protegido nos dispositivos interamericanos<sup>37</sup>. O Estado deve solucionar o mérito do caso, com o desígnio de “sanar as violações supostamente cometidas”<sup>38</sup>.

Os recursos judiciais internos foram esgotados, já que a demanda judicial movida contra o MEC em 2009 foi rejeitada em todos os processos nos tribunais de primeira instância

---

<sup>35</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 60.

<sup>36</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 70.

<sup>37</sup> CIDH, caso da comunidade de La Oroya contra o Peru, Informe de nº. 76/09, de 05 de ago. de 2009, par. 55.

<sup>38</sup> CIDH, caso Oscar Iván Tabares, Relatório de Admissibilidade de nº. 73/05, de 13 de out. de 2005, par. 25; Corte IDH, caso Velásquez Rodríguez contra Honduras, sentença de 29 de jul. de 1988, par. 66; Corte IDH, Opinião Consultiva (OC) de nº. 09/87, Garantias Judiciais em Estados de Emergência, de 06 de out. de 1987, par. 22; e CIDH, caso João Canuto de Oliveira, Relatório de nº. 24/98, 07 de abr. de 1998, par. 60.

e em 2011 a Corte Suprema da Clonalia sentenciou no sentido de que “o foro apropriado para mover a ação é o nível político internacional e não o tribunal judicial nacional”<sup>39</sup>.

Ainda que a honorável Corte IDH entenda não estarem esgotados os recursos internos, necessário se faz ressaltar que, exigida presteza na tramitação de um caso em razão das circunstâncias, especialmente quando relacionado a questões ambientais, poderá ser preferível invocar as instâncias supranacionais em detrimento às domésticas, buscando maior eficiência<sup>40</sup>.

Considerando os pareceres emitidos pelo G2C2 acerca do aumento da temperatura global pela emissão de GHGs e suas consequências e que a Federação de Clonalia é a maior responsável global por estes, como já exposto anteriormente, é possível afirmar que os recursos internos disponibilizados de acordo com a legislação da Federação de Clonalia, de competência do MEC<sup>41</sup>, são ineficazes e abrem margem a grande discricionariedade do aparato estatal e que, além disso, a proposta de solução formulada pelo CNE, instituído pelo MRE<sup>42</sup> teve veiculação não autorizada, o que demora e inviabiliza a apreciação da conclusão do dissídio, fazem com que os requisitos dos art. 46 da CADH sejam preenchidos, assim como sejam consoantes aos precedentes supracitados da Corte IDH.

Não obstante, a CIDH, em 15 de outubro de 2014, manifestou-se contrária à objeção preliminar apresentada pela Federação da Clonalia quanto ao não esgotamento dos recursos internos, além de solicitar alterações da legislação nacional do país para tratar o assunto das mudanças climáticas<sup>43</sup>, o que corrobora com o argumento de que todos os recursos internos de eficácia potencial foram tentados, embora a legislação interna não

---

<sup>39</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 38.

<sup>40</sup> Corte IDH, caso Velásquez Rodríguez contra Honduras, sentença de 29 de jul. de 1988, par. 64

<sup>41</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 36.

<sup>42</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 56.

<sup>43</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 69.

apresente o tratamento adequado ao assunto.

Desse modo, o caso é admissível, vez que todos os recursos internos forma exauridos. Caso assim não entenda a honorável Corte IDH, o dissídio ora apresentado trata de relevante questão ambiental, a qual não dispõe de recursos internos apropriados a sua proteção pela legislação da Federação de Clonalia, como recomenda a CIDH.

### **4.3 INDENTIFICAÇÃO OU POSSIBILIDADE DE INDENTIFICAÇÃO DAS VÍTIMAS**

O SIDH rege-se pela titularidade ativa da individualização, todavia, frente a um dano potencial às vítimas das degradações ecológicas admite “a proteção de uma pluralidade de pessoas que não foram previamente identificadas, mas que são, sim, identificáveis e determináveis”<sup>44</sup>.

A complexidade dos danos ambientais, somada à multiplicidade, coletivização e indeterminação dos prejudicados não podem, de acordo com a Corte IDH, ser argumentos impeditivos para a defesa dos direitos humanos<sup>45</sup>.

Tratando-se de violação a direitos coletivos e metaindividuais, não há a possibilidade de individualização das supostas vítimas, conforme requer o art. 40, 2, c, do RCIDH, eis que há existência de violações a grupos distintos sendo estes, contudo, equânimes aos direitos e a pretensão jurídica oferecida.

A Corte IDH é legítima para reconhecer como supostas vítimas os membros da comunidade rural de Candela, incluindo aqueles que ainda moram no território da Clonalia assim como aqueles na República do Marsili<sup>46</sup>, nos termos do art. 35.2 do seu Regulamento.

---

<sup>44</sup> Corte IDH, caso das comunidades indígenas de Kichwa de Sarayaku e seus membros contra o Equador, Medidas Provisórias, Resolução de 06 de jul. de 2004.

<sup>45</sup> Corte IDH, caso das comunidades indígenas Yakye Axa contra o Paraguai, sentença de 17 de jun. de 2005, Série C, nº. 125, pars. 161 e 162.

<sup>46</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 60.

Demonstrado, portanto, o descabimento da rejeição das arguições preliminares do Estado, passa-se às razões de mérito, que pede-se serem acolhidas, conforme segue.

## **5 QUESTÕES DE MÉRITO**

Cumprida a etapa de exigibilidade dos critérios admissionais, passa-se a análise da responsabilização do Estado quanto ao direito humano violado a seguir aduzida.

### **5.1 A OBRIGAÇÃO DO ESTADO EM RESPEITAR DIREITOS – ART. 1.1 E 2 CADH**

Os Estados-Parte do SIDH adquirem para si a obrigação de respeitar e garantir o exercício dos direitos protegidos pelo sistema. Uma vez que, ratificada a CADH pelo direito interno, a Federação de Clonalia se compromete em adotar medidas no sentido de efetivar as disposições da mesma, com o fito de evitar situações de discriminação existentes em sua sociedade<sup>47</sup>, eis que toda pessoa tem atributos fundamentais inerentes à sua dignidade humana dos quais não se pode olvidar e, em consequência, são superiores ao poder do Estado<sup>48</sup>.

As tentativas de adequação das emissões a níveis aceitáveis por meio de protocolos foram insuficientes<sup>49</sup>. E a dissidia estatal em relação às consequências da perpetuação de tais práticas mostra-se evidente, frente à reiterada negativa de auxílio dos principais órgãos públicos estatais de proteção ao meio ambiente.

A Federação de Clonalia ignora as consequências catastróficas a nível global apontadas pelo G2C2 e ainda da situação de extrema vulnerabilidade dos habitantes do país vizinho, sua ex-colônia, a República de Marsili, em razão de um alto interesse

---

<sup>47</sup> Corte IDH; Opinião Consultiva OC – 18/03 sobre a Condição Jurídica e Direitos dos Imigrantes Irregulares, de 17 /12/2003; parágrafo 112.

<sup>48</sup> Corte Interamericana de Direitos Humanos; Opinião Consultiva OC – 18/03 sobre a Condição Jurídica e Direitos dos Imigrantes Irregulares, de 17/09/2003; parágrafo 73

<sup>49</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 15.

econômico que se perfaz na manutenção e aumento da utilização de fontes de energia fóssil, principal responsável pelo aumento das emissões de GHGs, que acarretam nas alterações climáticas do globo.

A obrigação estatal de respeitar os direitos humanos dos cidadãos encontra amparo na jurisprudência da Corte IDH, pois esta determina a obrigação de investigar, punir e requerer as indenizações cabíveis aos responsáveis por violações a direitos humanos<sup>50</sup>.

De tal modo, a não observância dessa disposição torna internacionalmente responsável a Federação de Clonalia, ao passo que em relação a esta disposição seguem todas as demais violações de direitos humanos resguardados pela CADH aqui suscitadas, conforme se observa a seguir.

## **5.2 A VIOLAÇÃO DOS ARTS. 8º, 13, 25 E 1.1 DA CADH**

O direito humano ao meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado pode ser efetivado indiretamente nos órgãos interamericanos por meio de diretrizes normativas e valores procedimentais genéricos decorrentes dos direitos humanos, entre os quais se destacam o acesso à informação, pertencente à CADH, sendo aplicável à matéria ambiental pela via reflexa<sup>51</sup>.

O acesso à justiça, o direito de liberdade de expressão e pensamento de procurar, buscar, receber e difundir, trocar dados e esclarecimentos<sup>52</sup>, à publicização suficientes, como associados ao art. 13, da CADH, ou a obrigação estatal de realizar prévios estudos e avaliações sobre o potencial risco de um serviço ecossistêmico são utilizados para litigar a favor da matéria ambiental perante o SIDH, assim como o ocorrido no

<sup>50</sup> Corte IDH. Caso Sétimo Garibaldi contra a República Federativa do Brasil; (Caso 12.478); 24 de dezembro de 2007; parágrafo 112.

<sup>51</sup> Corte IDH, caso Yakye Axa contra o Paraguai, sentença de 17 de jun. de 2005, Série C, nº. 125; caso das comunidades indígenas Awas Tingni Mayagna (Sumo) contra a Nicarágua, sentença de 31 de ago. de 2001, Série C, nº. 79 e caso Las Palmeras contra a Colômbia, sentença de 06 de dez. de 2001, Série C, nº. 90

<sup>52</sup>. Corte IDH, caso Claude Reyes e outros contra o Chile, sentença de 19 de set. de 2006, Série C, nº. 151.

precedente Claude Reyes e outros contra o Chile, vinculando o Princípio de nº. 10 da Declaração do Rio-92 ao art. 8º da CADH, respectivamente, referentes ao acesso à informação e às garantias judiciais.<sup>53</sup>

No mesmo sentido, a CIDH reconhece os direitos de informação e participação social na formulação e aplicação das políticas públicas do meio ambiente e do acesso aos recursos judiciais efetivos<sup>54</sup>.

Em prática similar incorreu a Federação de Clonalia no que se refere à proposta formulada pelo CNE acerca dos possíveis vínculos futuros entre assuntos de migrações, mudanças climáticas e degradação ambiental, a qual ensejaria na resposta da solicitação de asilo dos refugiados ambientais<sup>55</sup>. De posse da proposta, o MRE, alegando risco à segurança nacional, limitou-se a reiterar os mesmos argumentos de negativa estatal<sup>56</sup>.

A CCA tentou obter o texto da proposta do CNE, o que foi negado pelo MRE. Ao apelar, a decisão foi confirmada por um juiz administrativo, sob o mesmo argumento<sup>57</sup>.

A Corte IDH entende que o Estado viola os direitos dos requerentes ao não lhes disponibilizar um meio judicial efetivo para contestar a negativa do seu direito de informação relevante para o interesse público, infringindo o direito à liberdade de expressão, a partir dos art. 13 e 25, ambos da CADH<sup>58</sup>.

O ente estatal não deve se eximir da responsabilidade legal de garantir os mecanismos procedimentais apropriados para evitar, mitigar ou reparar a degradação ambiental atentada. Caso negado o acesso à obtenção de informações e participação

---

<sup>53</sup> Corte IDH, caso Claude Reyes e outros contra o Chile, sentença de 19 de set. de 2006, Série C, nº. 146 e 151, par. 80

<sup>54</sup> CIDH, Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Equador, OEA/Serv.L/V/II.96, Doc. 10, rev. 01, Cap.VIII, de 24 de abr. de 1997.

<sup>55</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 56.

<sup>56</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 58.

<sup>57</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 59.

<sup>58</sup> RESCIA, Victor Rodrigues. Proteção do direito a um ambiente sadio na jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. In: Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA). Guia de Defesa Ambiental: construindo a estratégia para o litígio de casos diante do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Janeiro, 2010. p. 65.

socioambiental referente aos direitos humanos, pode-se responsabilizar o Estado por violação ao devido processo e garantias legais, bem como pela deficiência de adequação do direito interno<sup>59</sup>.

De acordo com a CIDH, o exercício integral dos direitos humanos exige o acesso à informação e ao consentimento socioambiental, seja por mecanismos populares, judiciais ou administrativos, no mínimo, que todos os membros da comunidade estejam plena e precisamente informados da natureza e das consequências do processo e que disponham de uma oportunidade efetiva para participar individualmente ou como coletividades<sup>60</sup>.

A Corte IDH ordenou a adoção de medidas instrumentais, com a capacitação dos órgãos públicos, para garantir a necessária proteção ao direito de acesso à informação sob o controle do Estado.<sup>61</sup> Tal manifestação pública nos interesses ecológicos permite englobar o alcance do desenvolvimento sustentável e expressa uma tendência cada vez mais contundente de cooperação entre Estados e cidadãos nessa proteção<sup>62</sup>.

A negativa estatal do MRE, em fornecer informações e divulgar dados colhidos pelo CNE<sup>63</sup>, cerceia os cidadãos de receberem comunicações acerca das mudanças climáticas e degradação ambiental. Tal postura viola aos artigos 1º, inciso I; 8º, inciso I e 25 e 13, todos da CADH<sup>64</sup>, visto que tal limitação ameaça o meio ambiente e prejudica o desenvolvimento sustentável.

Portanto, a Federação de Clonalia não deve impedir o acesso a informação requisitado

---

<sup>59</sup> WAGNER, Martin. Construindo a estratégia para a submissão de casos ambientais perante o SIDH. In: Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA). Guia de Defesa Ambiental: construindo a estratégia para o litúgio de casos diante do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Janeiro, 2010. p. 145.

<sup>60</sup> Relatório Anual da CIDH, OEA/Ser.L/V/II.111, Doc. 20, de 16 abr. de 2001, no caso das comunidades indígenas Maias do Distrito de Toledo e seus membros contra Belize. p. 142-143.

<sup>61</sup> Corte IDH, caso Claude Reyes e outros contra o Chile, sentença de 19 de set. de 2006, Série C, nº. 151, pars. 163 e 164.

<sup>62</sup> § 23º, inciso II, da Agenda 21.

<sup>63</sup> Caso Hipotético. Parágrafos 56 a 60.

<sup>64</sup> Obrigação de respeitar os direitos; direitos às garantias e proteções judiciais e direito às liberdades de pensamento e de expressão.



pela CCA, sob pena de violar o direito a informação e, consequentemente, as garantias judiciais, eis que devam ser garantidos a liberdade na manifestação, instrução e cooperação pública no fornecimento transparente dos interesses ecológicos.

### **5.3 A VIOLAÇÃO AO ART. 11 DO PSS E AOS ARTS. 4º, 5º, 26 E 1.1 DA CADH**

Na base da economia da República de Marsili encontra-se a pesca, a agricultura e o turismo. As principais atrações da República são suas praias e corais<sup>65</sup>. Os recifes de corais são ecossistemas produtivos e de elevada importância ecológica, além da econômica.

No ano de 2014, o G2C2 concluiu, com uma certeza acima de 95%, que o fenômeno das mudanças climáticas está ocorrendo e principal causa é a emissão de gases de efeito estufa pela atividade humana<sup>66</sup>, sendo a Federação da Clonalia, dentre os cinco países com maior emissão histórica de GHGs, a responsável por, aproximadamente, 40% da emissão de gases do grupo.

O aumento do CO<sub>2</sub> atmosférico acarreta na saturação do carbonato de cálcio oceânico, o que resulta na acidificação das águas oceânicas e na redução da taxa de calcificação dos corais. Estima-se que até 2100 haverá uma redução de 22% da calcificação dos corais<sup>67</sup>. Se as condições climáticas atuais se perpetuarem, até 2050, o hemisfério sul atingirá sua saturação máxima na camada superficial oceânica e em meados de 2150 todo o globo a atingirá<sup>68</sup>.

A elevação da temperatura global causa o processo de calcificação dos corais, que afeta principalmente as regiões de clima tropical. Os recifes de corais são ecossistemas de

---

<sup>65</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 7.

<sup>66</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 16.

<sup>67</sup> Buddemeier, R. W. and S. V. Smith. Coral Adaptation and Acclimatization: A Most Ingenious Paradox. Climate Change: 1999.

<sup>68</sup> Buddemeier, R. W. and S. V. Smith. Coral Adaptation and Acclimatization: A Most Ingenious Paradox. Climate Change: 1999.

elevada sensibilidade e que depende de relações simbióticas com dinoflagelados para sua sobrevivência. A elevação da temperatura afeta a fotossíntese dos dinoflagelados que são expulsos de seus hospedeiros. Sem a relação simbiótica, os corais tendem a calcificar, não durando mais do que semanas ou meses.

O eventual desaparecimento dos recifes de corais compromete todo o ecossistema marinho, vez que sustentam uma grande quantidade de seres marinhos como peixes, moluscos, lulas, crustáceos e caranguejos, entre outras espécies que desempenham relação de protocooperação e mutualismo com os corais, fundamentais para sua existência.

Pelo entendimento da Assembleia-Geral e da CDH da ONU<sup>69</sup>, “o direito à vida engloba o exercício pleno dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais”, sendo a extensão e consolidação do direito ao acesso ao meio ambiente sadio.

Por conseguinte, “os interesses e deveres da humanidade são inseparáveis da proteção ambiental”<sup>70</sup>. Os tratados internacionais configuram esta associação entre o meio ambiente e os direitos humanos são significativos<sup>71</sup>.

A 2ª Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena de 1993 propôs que o direito ao desenvolvimento deve satisfazer a necessidade ambiental, para garantir a sobrevivência e possibilitar a confirmação e compreensão dos mecanismos de proteção aos direitos humanos<sup>72</sup>. De igual maneira, a Declaração Universal dos Direitos

---

<sup>69</sup> Resoluções de nº. 1982/7, de 1982 e 1983/43, de 1983.

<sup>70</sup> BOSSELMANN, Klaus. Direitos Humanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.); KRELL, Andreas J. et al. Estado Socioambiental e Direitos Fundamentais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 93.

<sup>71</sup> I Protocolo Adicional de 1977 às Convenções de Genebra de 1949, Convenções das Nações Unidas de 1977 e 1989, Carta Mundial da Natureza de 1982, Declarações de Estocolmo de 1972, Cartagena de 1984, Rio de Janeiro de 1992 e San José de 1994, Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981, Protocolo de San Salvador de 1988, dentre tantos outros

<sup>72</sup> TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direitos Humanos e Meio-Ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1999. p. 41-45.

Humanos das Gerações Futuras de 1994<sup>73</sup>, a Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>74</sup> de 1994 e a Resolução de nº. 45/94, estabelecida pela Assembleia-Geral da ONU de 1990<sup>75</sup> declararam que “todos os indivíduos têm o direito de viver em um ambiente adequado para a sua saúde e seu bem-estar”.

A Corte IDH proferiu, no julgado *Yakye Axa contra o Paraguai*<sup>76</sup>, a inclusão do direito de acesso a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado como pertencente aos direitos humanos, ampliando o rol de garantias do SIDH.

O art. 11 do PSS por si só, não enseja a salvaguarda imediata do direito humano ao ambiente ecologicamente equilibrado diante do SIDH, sendo imprescindível a relação do dano ambiental com as violações de direitos reconhecidos nos instrumentos normativos interamericanos<sup>77</sup>, sendo o acesso ao meio ambiente sadio objeto de proteção pela via reflexa<sup>78</sup>.

O caso da comunidade de La Oroya contra o Peru<sup>79</sup> pelos efeitos da poluição industrial, do caso *Claude Reyes e outros contra o Chile*<sup>80</sup>, bem como o precedente *Irmãos Gómez Paquieauri*<sup>81</sup> pela proteção da dignidade humana evidenciam a ocorrência de violação aos direitos humanos devido ao desequilíbrio ambiental.

<sup>73</sup> Comissão de Direitos Humanos, Subcomissão de Prevenção de Discriminação e Proteção de Minorias, ONU. Minuta de Declaração de Princípios sobre os Direitos Humanos e o Meio Ambiente em seu Princípio de nº. 02 Doc. E/CN.4/Sub.2/1994/9.

<sup>74</sup> Artigo XX do Acordo Geral de Tarifas e Comércio 1994;

<sup>75</sup> Nações Unidas. 45ª Sessão, Doc. A/RES/45/94, Need to Ensure a Healthy Environment for the Well Being of Individuals, 1990.

<sup>76</sup> Corte IDH, caso das comunidades indígenas *Yakye Axa contra o Paraguai*, sentença de 17 de jun. 2005, Série C, nº. 125.

<sup>77</sup> TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. *O Greening no Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 141.

<sup>78</sup> MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. *O direito internacional do meio*

*ambiente e o greening da Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Revista de Direito Ambiental (RDA), sob coordenação de Eladio Lecey e Sílvia Cappelli, São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda., ano 17, n. 67, p. 228 e 252, jul.-set. 2012. Publicação Oficial do Instituto O Direito por um Planeta Verde; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira. *O Greening no Sistema Interamericano de Direitos Humanos*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 34.

<sup>79</sup> CIDH, caso da comunidade de La Oroya contra o Peru, Relatório Anual de 2007, Cap.III, par. 46, OEA/Ser.L/V/II.130, Doc. 22, rev. 01, de 29 de dez. de 2007.

<sup>80</sup> Corte IDH, caso *Claude Reyes e outros contra o Chile*, sentença de 19 de set. de 2006, Série C, nº. 151

<sup>81</sup> Corte IDH, caso *Irmãos Gómez Paquieauri contra o Peru*. Sentença de 08 de jul. de 2004, Série C, nº. 110.

São sujeitas ao SIDH as violações de direitos humanos por degradação ambiental de responsabilidade dos agentes estatais. Pelo art. 2º da CADH, se infere o dever geral do Estado de adotar medidas jurídicas ou de outra natureza, capazes de assegurar a liberdade absoluta da prática dos direitos humanos que se relacionam ao meio ambiente. Pela Corte IDH, no caso *Velásquez Rodríguez contra Honduras*<sup>82</sup>, o Estado deve responder por impunidades e violações de direitos humanos no que tange as suas ações ou omissões, bem como na falta de controle das atividades de particulares.

Ademais, negligenciar o efeito do aquecimento global sobre os arrecifes de corais viola diretamente os arts. 1º e 3º da Convenção sobre Diversidade Biológica. Nos termos do art. 5º da referida convenção, deverá a República de Clonalia reduzir a emissão dos gases estufa com o fito de cooperar com a preservação da diversidade biológica, descrita no art. 2º, através das medidas dispostas nos arts. 6º a 11 da convenção.

A CIDH determinou que “a essência da proteção legal a que está obrigado um Governo é a de garantir as aspirações sociais e econômicas de sua gente, dando prioridade às necessidades de saúde, alimentação e educação”<sup>83</sup>, concluindo que o Estado é responsável pela implementação de medidas necessárias para remediar a situação atual e evitar toda poluição futura por combustíveis fósseis, a exemplo do petróleo e do carvão, que ameace a vida e a saúde dessa população<sup>84</sup>.

Com as inundações pelo aumento do nível oceânico, a República de Marsili assistiu a um processo de acidificação do solo, o que reduziu a produção alimentícia. Além disso, 38% das praias do Marsili e 27% do território nacional já encontram-se submersos<sup>85</sup>. Tais catástrofes interferem substancialmente a atividade turística e a produção

---

<sup>82</sup> Corte IDH, caso *Velásquez Rodríguez contra Honduras*, sentença de 29 de jul. de 1988, pars. 165 e 172.

<sup>83</sup> CIDH, Informe Anual de 1988, OEA/Ser.L/V/II.74, Doc. 10, rev. 01, set., p. 322.

<sup>84</sup> CIDH, Relatório sobre a situação dos Direitos Humanos no Equador, OEA/Ser.L/V/II.96, abr. de 1997, Cap.VIII, Recomendações.

<sup>85</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 22.

alimentícia de Marsili.

A população do Marsili vive em extrema situação de pobreza, sendo que 38% dos habitantes vivem com apenas U\$1/dia e 70% vivem com apenas U\$2/dia<sup>86</sup>.

À época da plenitude territorial da ilha, Marsili importava apenas 4% dos produtos agrícolas. Com a perda dos solos a república se vê obrigada a importar 60% dos recursos alimentício básicos<sup>87</sup>. Nota-se nesse ponto a interferência na economia da República causada pelos efeitos climáticos, vez que a importação de mais da metade dos recursos alimentícios importa em uma inflação dos valores de mercado, o que para uma população em que 70% vive em situação de pobreza acarreta em um cerceamento das condições básicas de existência.

A este fator soma-se o fato de que o governo terá que destinar 24% de seu escasso Produto Interno Bruto (PIB) para a manutenção da infraestrutura de Samantha para a contenção das catástrofes naturais que assolam a região mais populosa da República de Marsili.

As catástrofes ocorridas em função do aumento da temperatura global pela emissão de GHGs afrontam as garantias individuais, civis e políticas, como os direitos à vida<sup>88</sup>, integridade física<sup>89</sup>, liberdades<sup>90</sup>, proteção da honra e da dignidade da pessoa humana<sup>91</sup>, propriedade, circulação e moradia<sup>92</sup>, segurança e proteção judicial efetiva<sup>93</sup>, entre outros.

O gozo pleno ao direito a vida é pré-requisito fundamental para o desfrute de todos os demais direitos humanos. Ao não ser respeitado, todos os direitos carecem de sentido.

Em razão de seu caráter fundamental, não são admissíveis enfoques restritivos do

---

<sup>86</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 7.

<sup>87</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 23.

<sup>88</sup> Artigos 4º e 17, ambos da Convenção Americana.

<sup>89</sup> Artigo 5º, da Convenção Americana.

<sup>90</sup> Artigos 7º, 12, 13 e 16, todos da Convenção Americana.

<sup>91</sup> Artigo 11, da Convenção Americana.

<sup>92</sup> Artigo 22, da Convenção Americana.

<sup>93</sup> Artigo 25, da Convenção Americana.

mesmo, vez que uma restrição a este direito cerceia todos os demais, isso pois “os Estados têm a obrigação de garantir a criação das condições que se requeiram para que não se produzam violações desse direito inalienável.”<sup>94</sup>

Nota-se que a ação poluente de Clonalia ofende aos arts. 4º, 5º e 26, todos da CADH<sup>95</sup> devendo o pleito ser satisfeito pela exceção do artigo 46, inciso II, alínea “c”, da Convenção.

Desse modo, necessário se faz que Clonalia implemente o plano ambiental para remover, tratar e transferir adequadamente poluentes, assim como de reduzir a emissão de gases e promover o monitoramento da qualidade atmosférica e vigilância ambiental.

#### **5.4 A VIOLAÇÃO AOS ARTS. 7º, 21 E 22 EM RELAÇÃO AO ART. 1.1 DA CADH**

O art. 7º da CADH volta-se a proteção da liberdade do indivíduo de interferências arbitrárias ou ilegais por parte do Estado, conjugado com a garantia do direito do indivíduo privado de sua liberdade<sup>96</sup>. Tal artigo também garante o direito geral de liberdade pessoal e de segurança, bem como direitos específicos que resguardam a liberdade do indivíduo em face de detenções ilegais e prisões arbitrárias.

Tal artigo assegura o direito a informação dos motivos da detenção bem como o de ser notificado de acusações, a fim de que se possibilite o exercício da ampla defesa, bem como o controle judicial da privação de liberdade e a capacidade postulatória de todos aqueles jurisdicionados, como forma de usufruir do direito à liberdade pessoal sem

---

<sup>94</sup> Caso Família Barrios Vs. Venezuela. Mérito, Reparaciones e Custas. Sentença de 24 de novembro de 2011. Série C Nº 237, par. 48

<sup>95</sup> Direito à vida; direito à integridade pessoal e o direito de desenvolvimento progressivo.

<sup>96</sup> Corte IDH. Caso de Uzcátegui et al. v. Venezuela (Meritos e Repações)), 03 Set., 2012, para 147; Caso de Maritza Urrutia, 27 Nov., 2003, para 66; Caso de Bulacio, 18 Set., 2003, para 129.

qualquer distinção<sup>97</sup>.

Os instrumentos de privação de liberdade exercidos pelo Estado devem estar em consonância a CADH, respeitando os princípios da presunção de inocência, da legalidade, da necessidade e da proporcionalidade, pois "a prisão pode se tornar arbitrária, se, em seu curso, os fatos imputáveis forem considerados incompatíveis com os direitos humanos dos detidos"<sup>98</sup>.

Em 05 de março de 2014, o MRE ordenou a detenção das vinte e três famílias refugiadas no território da Clonalia de forma ilegal. O mandado de prisão abrangeu crianças e idosos, e requereu a localização dos migrantes a fim de iniciar o processo de deportação. Após receber informações sobre o mandado pela imprensa, cerca de oito das famílias de Candela procuraram refugio na Embaixada da República do Mali em Clonalia e outras famílias fugiram<sup>99</sup>. Admitir a deportação dos refugiados contraria a Lei 715 de 1989 de Clonalia,<sup>100</sup> uma vez que a vida e a integridade desses indivíduos estariam em risco devido ao iminente processo de submersão do território antes por eles habitado.

Assim, a detenção e prisão efetuadas pela Federação de Clonalia apresentam razões e métodos legais incompatíveis com o respeito aos direitos fundamentais do indivíduo, ao passo que aqueles seriam irracionais e desproporcionais no tratamento destes<sup>101</sup> e, portanto, não devem prosperar. Em nome do princípio *pro-homine* e da interpretação progressiva, merece maior relevo a disposição constante no quarto artigo da Lei 715 de 1989 que determina a subsunção a qualquer refugiado no território da Federação da

---

<sup>97</sup> Corte IDH. Caso Rafael Ferrer-Mazorra et al. 04 Abr., 2001, para 209.

<sup>98</sup> Case of López Álvarez, Inter-Am. C.H.R., Judgment of February 1, 2006, Series C No. 141, para 66

<sup>99</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 53.

<sup>100</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 48.

<sup>101</sup> Case of Uzcátegui et al, paras 154, 155; Case of Fleury et al. v. Haiti (Merits and Reparations), Inter-Am. Ct. H.R., Judgment of November 23, 2011. Series C No. 236, para. 59; Case of Usón Ramírez v. Venezuela (Preliminary Objection, Merits, Reparations and Costs), Inter-Am. Ct. H.R., Judgment of November 20, 2009, Series C No. 207, para. 146; Case of Chaparro Álvarez and Lapo Íñiguez v. Ecuador, para 96

Clonalia, pois trata-se de ato humanitário e não político<sup>102</sup>.

Ademais, a solicitação de refugio ou asilo encontra-se pendente de decisão final, pois o MRE não disponibilizou o acesso à proposta de solução emitida pelo CNE<sup>103</sup>, não sendo permitido, de acordo com a Lei 715 de 198,9 que qualquer pessoa seja compelida a voltar ao seu país de origem ou a outro país, por meio de extradição ou negativa de entrada na fronteira, onde sua vida, segurança pessoal ou liberdade, estariam em risco por quaisquer das causas que levaram ao reconhecimento ou à solicitação da situação de refugiado assim como quaisquer outras condições externas que possam estar ocorrendo no país de origem.

Além disso, o MRE não autorizou a apresentação do caso das vinte e três famílias, nem sequer suas razões para a sua solicitação, pois considerou que assuntos ambientais não devem ser misturados com as questões de migrações<sup>104</sup>.

Aproximadamente metade das famílias foram capturadas e levadas até uma prisão temporária, enquanto iniciaram os processos de deportação<sup>105</sup>.

A atuação do MRE deve ser considerada ineficaz e inválida devendo, portanto, as autoridades de imigrações ativar os procedimentos administrativos apropriados, em consonância com as disposições que visam garantir os direitos humanos.

A CADH, em seu 21 declara que ninguém poderá ser privado de usufruir de seus bens. O art. 22 da CADH assegura o direito de circular livremente e de residir no lugar de escolha<sup>106</sup>.

O art. 1º, § 2º do Pacto Internacional Sobre os Direitos Civis e Políticos declara que em nenhuma hipótese poderá um povo ser privado dos seus meios de subsistência. A Corte IDH possui interpretação holística acerca do art. 21 da CADH, atribuindo a este uma

---

<sup>102</sup> Caso Hipotético. Paragrafo 51.

<sup>103</sup> Caso Hipotético. Paragrafo 56.

<sup>104</sup> Caso Hipotético. Paragrafo 52.

<sup>105</sup> Caso Hipotético. Paragrafo 52.

<sup>106</sup> CorteIDH. Caso Moiwana vs. Suriname, par. 110.



dimensão coletiva em algumas situações<sup>107</sup>.

Com base nos dispositivos, percebe-se que a Federação de Clonalia violou as disposições da CADH ao negligenciar a situação de degradação dos territórios da República do Marsili ocasionadas pela emissão de GHGs.

A utilização da terra, para a população da República do Marsili, não é vista como algo pertencente a um indivíduo, mas à toda sociedade. As principais atividades desenvolvidas no país destinam-se a subsistência da população, através da agricultura, pecuária e turismo. Assim é possível notar, frente as inexpressivas taxas de emissão de gases poluentes<sup>108</sup>, que o país possui um relação harmônica com os recursos naturais que provêm sua existência.

Frente à escassez de recursos alimentícios, assim como a privação dos recursos turísticos, a República de Marisili teve seus principais meios de subsistência cerceados. Os dispositivos supracitados visam garantir os “direitos de subsistência”, que são aqueles que compõem o núcleo fundamental dos direitos econômicos, sociais e culturais<sup>109</sup>, como direito à habitação, ao trabalho, à alimentação e à saúde.

Os problemas ambientais na agenda política internacional podem ser vistos como um fato recente.<sup>110</sup> Embora a figura do refugiado tenha sido criada pelo Tratado de Genebra em 1951, ainda não foram feitas as aproximações necessárias do problema dos refugiados com o agravamento da crise ambiental.

O princípio do *non-refoulement*, disposto no art. 33 do Estatuto dos Refugiados, preconiza uma proibição de expulsar ou repelir o refugiado, uma vez que nenhum

---

<sup>107</sup> CorteIDH. Caso Mayagna (Sumo) Awas Tingni vs. Nicaragua, par. 148; Caso Xákmok Kásek vs. Paraguay, par. 157; Caso del Pueblo de Saramaka vs. Surinam, par. 129.

<sup>108</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 21.

<sup>109</sup> TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos, 2003, p. 493

<sup>110</sup> Foi em Estocolmo (1972) que ocorreu a primeira grande conferência sobre meio ambiente e apenas em 1992, na Convenção das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro), que se tratou da utilização sustentável do meio ambiente, com a urgência necessária.

Estado expulsará ou repelirá um refugiado, seja de que maneira for, para as fronteiras dos territórios onde a sua vida ou a sua liberdade sejam ameaçados em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou opiniões políticas<sup>111</sup>.

A este propósito, o art. 15 da DUDH aponta que todo homem tem direito a uma nacionalidade e que estes não serão arbitrariamente privados de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

A Corte IDH já decidiu a necessidade que, no tocante aos direitos indígenas, e consequentemente aos imigrantes, o Estado deve proteger os indivíduos em função de suas particularidades, características econômicas e sociais, bem como sua situação de vulnerabilidade, direito consuetudinário, valores e costumes<sup>112</sup>.

O movimento migratório observado na Federação de Clonalia deve-se a causas alheias à vontade da população da República do Marsili, o que gera diversos transtornos de ordem psicológica e aumentam a vulnerabilidade desses indivíduos. Os transtornos de ordens culturais, as lesões étnicas, as práticas xenofóbicas e o racismo, dificultam a integração dos imigrantes à sociedade e levam à impunidade das violações de direitos humanos<sup>113</sup>.

Desse modo, embora não haja dispositivo expresso nesse sentido, necessário se faz que haja o acolhimento de tais refugiados em nome da solidariedade entre os Estados. Trata-se da não-devolução de unicidades de direitos que carecem de acesso digno aos sistemas de saúde, educação, alimentação, moradia e o direito ao trabalho no país receptor<sup>114</sup>.

A vulnerabilidade dos imigrantes é determinada por diversas ordens. Os direitos humanos internacionais têm se adequado às novas necessidades de proteção, o que

---

<sup>111</sup> CEDH. *Hirsi Jamaa and Others v. Italy*. 23 de fevereiro de 2012. A Corte Europeia de Direitos Humanos declarou a Itália como violadora do *non-refoulement* após a mesma extraditar imigrantes à Líbia sem levar em conta o perigo ao qual os mesmos estavam expostos caso retornassem ao país de origem.

<sup>112</sup> Corte IDH. Caso *Yakye Axa vs. Paraguay*, par. 63.

<sup>113</sup> Corte IDH. Opinião Consultiva OC-18/03, de 17 de setembro de 2003.

<sup>114</sup> Convenções nº 97 e 143 da OIT e a Declaração da OIT de 1998.

evidencia a formação de um direito humano à assistência humanitária<sup>115</sup>.

Conclui-se que a negativa de recepção dos refugiados ambientais é questão meramente política e não jurídica. Abster-se de recepcionar os refugiados ambientais e adequá-los a condições mínimas de existência é negligenciar o fato incontestável de que os territórios da República do Marsili estarão submersos até o final de 2025<sup>116</sup>. Inevitavelmente, sem a existência de território não há como exercer o simples direito de viver, elemento principal da proteção destinada pelo SIDH e interesse comum de toda a humanidade.

Os refugiados ambientais merecem ter resguardados padrões mínimos de proteção em nível global, dentro ou fora dos limites de seu Estado de origem. A responsabilidade pela proteção e assistência deve ser compartilhada por toda a comunidade internacional, pautada em normas humanísticas de coexistência, cooperação e solidariedade.

Entretanto, vale ressaltar que a mera existência de acordos e tratados que resguardem os direitos dos refugiados ambientais não serão suficientes para resolver o problema se suas causas permanecerem inalteradas.

Pelo exposto, a postura irresponsável da Federação de Clonalia quanto aos efeitos de sua expressiva emissão de GHGs e a negligência aos refugiados ambientais viola os artigos 1º, inciso I; 7º, 21 e 22, todos da CADH e demais instrumentos normativos internacionais de direitos humanos que visam a garantia da integridade humana e os direitos de propriedade e de nacionalidade.

## **6 SOLICITAÇÃO DE ASSISTÊNCIA**

Diante do exposto, requer-se respeitosamente a Honorável Corte IDH a concessão da medida provisória com base nos arts. 63.2 da CADH e 27 do Regulamento da Corte IDH; o reconhecimento da admissibilidade e o reconhecimento da responsabilidade

---

<sup>115</sup> Corte IDH. Opinião Consultiva OC-18/03, de 17 de setembro de 2003.

<sup>116</sup> Caso Hipotético. Parágrafo 30.

internacional da Federação de Clonalia pela violação dos direitos estabelecidos nos arts 1º, 2º, 4º, 5º, 7º 8º, 13, 21, 22, 25 e 26 da CADH e art. 11 do PSS, além dos demais instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos supramencionados.

Ademais, requer-se a Honorável Corte que determine a Federação de Clonalia:

- a) A reparação por danos materiais e imateriais que possam ter sofrido as supostas vítimas, devido ao desrespeito aos direitos assegurados pela CADH;
- b) O pagamento das custas oriundas da tramitação processual na jurisdição interna, assim como diante do SIDH;
- c) A implementação de medidas normativas que visem a proteção dos recursos ambientais na jurisdição interna da Federação de Clonalia, assim como a promoção de medidas educacionais quanto a atividade poluidora antrópica;
- d) Medidas de responsabilização de repercussão pública, em face da importância pedagógica que a proteção a violações a direitos coletivos e difusos carece;
- e) Que sejam julgados totalmente procedentes os pedidos, a fim de que as violações aos direitos humanos pela Federação de Clonalia tenham fim e de modo que tais violações não atinjam patamar global;
- f) Protesta-se por todos os meios de prova admitidos no direito internacional, sobretudo, prova documental, testemunhal e pericial.